

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Gonçalves, Irlen Antônio; de Souza Lima, Junia
Formar, moralizar e disciplinar: relações entre patrões e operárias no cotidiano de
fábricas têxteis de Minas Gerais
História Unisinos, vol. 16, núm. 2, mayo-agosto, 2012, pp. 232-243
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866795006>

Formar, moralizar e disciplinar: relações entre patrões e operárias no cotidiano de fábricas têxteis de Minas Gerais¹

To form, moralize and discipline: Daily relationship between employers and workers in Minas Gerais State textile factories

Irlen Antônio Gonçalves²
irlen@des.cefetmg.br; irlen@terra.com.br

Junia de Souza Lima³
juniaslima@hotmail.com

Resumo. O objetivo do artigo é refletir sobre a inserção das mulheres em fábricas têxteis mineiras na passagem do século XIX para o século XX e sua relação com a representação social que se tinha acerca da mulher, no período em questão. Para isso, analisa especialmente as correspondências escritas e recebidas pelos proprietários da Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. O artigo realça que o trabalho feminino nas fábricas têxteis veio acompanhado de um processo educativo moralizador e disciplinador, que buscava educar e formar as operárias a partir de um modelo de feminino idealizado: trabalhadeiras, ordeiras, disciplinadas, asseadas, diligentes, virtuosas, obedientes, recatadas, bem comportadas e tementes a Deus, virtudes muito próximas da boa mãe, esposa e dona de casa dedicada e obediente. Por conclusão, vimos que as fábricas acabaram dando a sua contribuição para a educação feminina, segundo os papéis sociais que se esperavam delas, como já faziam outras instituições como a Igreja e a família. De igual modo, vimos que essas mulheres não ficaram passivas diante das condições do trabalho submisso e foram capazes também de algumas táticas de burla.

Palavras-chave: educação, trabalho, mulher, indústria têxtil.

Abstract. This paper aims to discuss the insertion of women in textile factories in the turn of late nineteenth to twentieth century and its relation to the social representation about women held in the period. Thus, it analyzes the written and received correspondence by the owners of the Cedro & Cachoeira Spinning Factory Co. The article highlights that women's work in textile factories was accompanied by a moralizing and disciplining educational process, which sought to educate and form workers into a model of idealized femininity: hard-working, orderly, disciplined, clean, industrious, virtuous, obedient, modest, well behaved and God-fearing, very close to the virtues of a good devoted and obedient mother and housewife. In conclusion, it finds that the factories ended up giving their contribution to the education of women, according to the social roles that were expected of them, as did other institutions like church and family. Similarly, it shows that these women were not passive in the face of submissive working conditions and were capable of some tactics of deception.

Key words: education, women, work, textile industry.

¹ Este artigo é resultado da pesquisa "Educação e formação profissional: por uma sociohistória da escolarização do trabalhador mineiro", coordenada pelo professor Dr. Irlen Antônio Gonçalves, com o apoio financeiro da FAPEMIG e do CNPq e da dissertação de Mestrado "De meninas fideiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (1872-1930)", de Junia de Souza Lima, defendida no Mestrado em Educação Tecnológica, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

² Doutor em educação. Professor do Mestrado em Educação Tecnológica, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

³ Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora substituta do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

Objetivamos com este artigo refletir sobre o processo de inserção das mulheres em fábricas têxteis mineiras no final do século XIX e princípio do XX. Neste sentido, buscaremos discutir que tal processo se deu a partir de algumas estratégias adotadas pelos industriais mineiros, fruto de um simbolismo e de uma representação social acerca dos papéis sociais de homens e mulheres presentes no imaginário destes industriais.

Desta forma, ver-se-á que religiosidade, poder patriarcal, dominação masculina, valores morais e familiares, apreciados pelos proprietários das fábricas, materializaram-se no cotidiano fabril guiando e dando sentido às atitudes e determinações dos patrões para com suas operárias e, ao mesmo tempo, ajudando a constituir as condições de trabalho das mesmas. Mas o que se descontou nesse cenário foi a tentativa, por parte dos industriais, de educar suas operárias dentro de um modelo feminino idealizado, do qual faziam parte, dentre outros atributos, o bom comportamento moral, a obediência, a submissão, a dedicação, a laboriosidade, a devoção a Deus. Atributos semelhantes à imagem e à representação que se faziam da mulher no final do século XIX e princípio do XX.

Desse modo, consideramos que as fábricas mineiras aqui analisadas refletiam as relações de gênero e contribuíam para reproduzir e reforçar determinados elementos culturais que as compunham. Ou seja, foram espaços de trabalho e convivência cujo viés social, político e de poder, para submeter os sujeitos a determinadas conformações, papéis sociais, lugares e estereótipos, foram produzidos a partir de suas diferenças de sexos.

É importante salientarmos que tal processo educativo, a princípio, não foi fruto de movimentos mirabolantes e grandiosos. Ao contrário, aconteciam nas práticas cotidianas, nas atitudes e comportamentos dos gerentes com os trabalhadores de modo geral, e especialmente com as trabalhadoras, na imposição de regras para o convívio de homens e mulheres no ambiente das fábricas, nas punições dos comportamentos tidos como perigosos ou fora dos padrões preestabelecidos, nas atitudes de proteção para com as operárias, sobretudo, as solteiras e as mais jovens, na organização de acomodações consideradas como mais adequadas para as mulheres, dentre outras, como veremos mais adiante. Tudo isso contribuiu para se desenhar uma imagem de uma fábrica protetora e segura para receber as moças que vinham das mais diversas localidades para ali se empregarem.

A história da Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (CCC)⁴ teve início em 1868, quando os irmãos Bernardo, Caetano e Antônio Cândido Mascarenhas se uniram e fundaram a empresa Mascarenhas & Irmãos

Ltda. com a finalidade de construir uma fábrica de tecidos. Assim, em 12 de agosto de 1872, foi inaugurada, no povoado do Cedro, localizado no arraial de Tabuleiro Grande, atual cidade de Paraopeba, interior de Minas Gerais, a Fábrica do Cedro. Era uma fábrica pequena, montada inicialmente com “18 teares acionados por uma roda d’água de 40 cavalos de potência” (Giroletti, 1991, p. 24). E, dadas as precárias condições econômicas do povoado, a fábrica possibilitou uma dinamização da economia local, gerada principalmente pelos empregos, recursos e melhoramentos que oferecia ao arraial.

A Fábrica do Cedro constituía-se de um complexo fabril que, além da fábrica, era composto por uma vila operária destinada à moradia de operários, por uma capela, por um convento para abrigar as operárias mais jovens, solteiras e algumas viúvas, e por algumas oficinas como a ferraria e a serraria. O perfil da sua mão de obra foi uma das características que a diferenciou de outras unidades fabris localizadas nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, que se utilizaram da força de trabalho imigrante. Como afirma Giroletti (1991, p. 81):

Exceção feita do qualificado que é contratado no exterior ou, internamente, em centros maiores como o Rio de Janeiro, a maior parte dos operários industriais fora recrutada entre artesãos, camponeses (pequenos sitiantes ou agregados), trabalhadores rurais e vários tipos de “desclassificados sociais” (libertos, escravos, ex-escravos, órfãos, menores, viúvas, gente pobre). Provinha de um agregado heterogêneo do ponto de vista étnico, social e cultural: indivíduos sem tradição comunal-cultural ou organizativa, muitas vezes sem estrutura familiar definida. Eram desprovidos dos meios de produção ou de maiores habilidades profissionais. Na sua composição predominavam mulheres e menores. Deste contingente social originou-se a maior parte do operariado industrial do Centro e do Norte de Minas.

Conforme constatou Douglas Cole Libby (1988), bem planejada e administrada pelos seus fundadores, a Fábrica do Cedro atingiu uma rentabilidade acima do esperado. Esse fato levou outros membros da família Mascarenhas a decidir pela construção de outra fábrica de tecidos, criando para isso uma nova sociedade, a “Mascarenhas Irmãos & Barbosa”. Em 1877, a fábrica da Cachoeira entrava em funcionamento nas proximidades da cidade de Curvelo, “com 52 teares, quase o triplo da quantidade inicialmente instalada no Cedro” (Giroletti, 1991, p. 28). A sua fusão com a Fábrica do Cedro, resultando em uma única companhia, ocorreu em 1883, devido a algumas

⁴ Neste texto, iremos nos referir à Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira com a sigla CCC.

dificuldades enfrentadas por esta última e, também, em decorrência da visão modernista de um de seus fundadores, Bernardo Mascarenhas, que “constatara na Europa e nos Estados Unidos o movimento de concentração de capital formando grandes empresas” (Giroletti, 1991, p. 28). Atualmente, a CCC possui quatro fábricas em Minas Gerais. A fábrica do Cedro, a pioneira, localizada em Caetanópolis, antigo povoado do Cedro, as fábricas Victor Mascarenhas e Caetano Mascarenhas, ambas localizadas em Pirapora, e a fábrica Geraldo Magalhães Mascarenhas, no município de Sete Lagoas.

No que se refere às mulheres, estas foram sendo incorporadas aos poucos. Somente a partir de 1880 se tornaram uma mão de obra significativa, constituindo-se, desde então, no maior grupo de trabalhadores das fábricas da Cia. Essa situação não se alterou, pelo menos até 1941.⁵ Mesmo sendo a maioria dos trabalhadores, elas não estavam em todas as seções da produção. Eram basicamente as fandeiras e as tecelãs, funções importantes, mas consideradas desqualificadas e, portanto, menos valorizadas e cujo aprendizado se dava no trabalho. Os salários que recebiam, além de serem menores do que os dos homens, eram determinados pela quantidade de pano tecido e fio de algodão fiado e pela qualidade desses produtos.

Mas antes de explicitarmos, de forma mais aprofundada, algumas das estratégias utilizadas por esses industriais mineiros com relação à mão de obra feminina no cotidiano fabril, e as consequências para a vida das mulheres nas fábricas, consideramos relevante refletirmos um pouco mais sobre algumas representações simbólicas e imagens a respeito da mulher de que vimos falando, pois isto nos ajudará a compreender o sentido de todo esse movimento.

De mulheres idealizadas a mulheres reais

A República brasileira, proclamada no final do século XIX, trouxe consigo a ideia de modernidade. Simbolizava a ruptura com a estrutura colonial e imperial, prometendo um cenário de mudanças e progresso para o país. A urbanização ligeira acarretada pela migração campo-cidade e o início de um processo de industrialização sob os moldes capitalistas podem ser considerados como reflexos dessas mudanças. Esse novo contexto citadino, urbano e pré-industrial favoreceu o surgimento de novas formas de sociabilidade, tanto para as famílias, quanto para os trabalhadores em geral. Nas palavras de Nara Azevedo e Luiz Otávio Ferreira:

O moderno se efetivou com a industrialização da produção econômica, a constituição do mercado capitalista, a criação de novos ambientes humanos e destruição dos antigos; acelerou-se o ritmo da vida; modificou-se o perfil demográfico, com uma acelerada urbanização, que atraiu vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades, além do contingente de imigrantes; instituiu-se um dinâmico sistema de comunicação e transporte; expandiu-se a burocracia e com ela o poder do Estado; os movimentos sociais se organizaram, desafiando a ordem política e, enfim, remodelaram-se os espaços físico e social. [...] Tanto São Paulo como Rio de Janeiro são cidades emblemáticas da configuração desse moderno (Azevedo e Ferreira, 2006, p. 221).

Mas, além desses movimentos de mudança que caracterizaram o período, outro que merece um destaque especial foi o desejo que se tinha de construir uma nova nação, uma pátria capaz de atender aos anseios dos brasileiros, agora cidadãos. E, para isto, a família se tornou uma instituição fundamental, pois ela seria o seio no qual os filhos da nova nação seriam gerados, alimentados, educados e formados. Na união entre família e pátria, a mulher, no seu papel de esposa e mãe, tornou-se, como afirma Michelle Perrot (1988, p. 179), a “divindade do santuário doméstico”. Sua imagem foi atrelada à maternidade, ao lar, à fêmea redentora, bondosa e responsável pela reprodução e criação dos filhos. A casa era o seu espaço por excelência, onde deveria dedicar-se integralmente à família e aos cuidados domésticos. Um fragmento do jornal *O Médico do Povo*, de 6 de março de 1864, citado por Jane Soares de Almeida (1998, p. 33), exemplifica o que estamos dizendo:

[...] as mulheres são em geral as mais amáveis de toda a terra, porque aos atrativos do corpo reúnem a docilidade, a brandura, e mesmo a humildade; são fiéis, extremosas e boas mães de família; e quando a tudo isso se adiciona uma fina educação é a brasileira a melhor mulher do mundo.

Na sociedade mineira, esses valores também estavam presentes, e a imprensa, igualmente, estava repleta de apelos lembrando qual era a missão da mulher e quais as suas obrigações morais. De acordo com Kelly Cristina Nascimento (2006, p. 88), o discurso difundido por muitos periódicos reforçava a família e a casa como o lugar social das mulheres: “Ela deveria se preparar para o casamento e após casar-se assumir a função de esposa, dona-de-casa e futuramente de mãe”.

⁵ Segundo dados do Livro de Ponto da Fábrica do Cedro – outubro de 1940 a agosto de 1941. Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas.

Trata-se da promoção de um modelo de família nuclear, na qual a mulher era representada como a esposa, a mãe, a dona de casa assexuada, abnegada, atenta, labiosa e obediente, de tal modo que a mulher “republicana” acabou sendo idealizada como a progenitora, cuja função primordial seria a educação dos filhos e a condução do lar. Representação simbólica que levava as mulheres para dentro de casa, afastando-as do trabalho e limitando as suas oportunidades de ganhar a vida fora do ambiente doméstico. É importante salientarmos, como observa Guacira Louro (1997, p. 478), que estas representações encontravam sustentação nos “discursos religiosos, científicos, pedagógicos, jurídicos”. Até mesmo a própria classe operária considerava o trabalho feminino como algo nefasto à família, causando o abandono do lar e dos filhos necessitados do cuidado materno (Rago, 1985; Perrot, 2005).

Todo esse “projeto republicano voltado para as mulheres” apontava para a necessidade de uma educação feminina com vistas a formá-las para desempenhar o papel que delas se esperava. Muito mais preocupado em educar do que instruir, conforme argumenta Louro (1997, p. 446), “a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter; sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução”. Em tal contexto, o magistério emergia como o caminho privilegiado para a educação, formação e, ao mesmo tempo, como espaço de trabalho para as mulheres. A justificativa era dada mais uma vez pelas características maternais consideradas inatas nas mulheres. Elas possuíam uma tendência natural para o trato com as crianças, eram educadoras natas, portanto ideais para a tarefa de educar crianças, como esclarece Louro:

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou filha “espiritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. [...] Tudo foi muito conveniente para que se construísse a imagem das professoras como “trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras” (Louro, 1997, p. 450).

Se, por um lado, a escola normal serviu à escolarização feminina e o magistério se transformou em trabalho de mulher, por outro, seu papel acabou por se constituir contraditório. Ao mesmo tempo em que reforçou as representações simbólicas da mulher, de mãe, educadora

e rainha do lar, e a própria ideia de família, possibilitou igualmente a construção de um espaço social de emancipação e inserção no espaço público do trabalho.

No entanto, se o magistério foi um caminho de escolarização e profissionalização para algumas mulheres, não o foi para todas elas. Há que se pensar nos milhares de mulheres pobres, alijadas de todo o processo. Onde estavam aquelas das classes populares que não possuíam oportunidade e condições de frequentar as salas de aula das escolas normais? Quais os outros espaços possíveis para sua escolarização e formação para o trabalho? Para esta parcela pobre desvalida, a despeito de qualquer imagem ou idealizações que se faziam, o trabalho foi algo imprescindível. Fosse para participar, junto com marido, no sustento do lar ou, na ausência deste, para sustentar sozinha a família, as mulheres pobres no final do século XIX não puderam se esquivar da participação na esfera do trabalho fora do lar. E foi, então, na nascente indústria têxtil fabril que muitas mulheres encontraram trabalho e os meios para a sua sobrevivência e da família.

De fato, os industriais não se rogaram a arregimentar centenas de almas femininas, fossem elas crianças, moças, mulheres adultas e muitas viúvas para trabalharem em suas fábricas, fiando e tecendo milhões de metros de fios e tecidos. Mas acontece que, como mulheres, deveriam se encarregar da geração dos filhos, do cuidado com a prole e com o lar, como todas as outras. Ou seja, sobre elas também pesavam os papéis de mãe, esposa e dona de casa. Entretanto, como afirma Louro, a participação feminina na esfera produtiva acabou sendo amparada e justificada a partir da construção de uma nova ideia sobre o trabalho, que deixou de ser algo degradante e vil, para se constituir num dos vetores da ordem e do progresso, símbolos da nova sociedade republicana. Como mulheres “diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; [...] a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país”, conforme assinala Guacira Louro (1997, p. 447), e mais ainda, pois como operárias davam a sua parcela de contribuição para a riqueza da nação.

Não obstante, a inserção feminina no trabalho fabril ainda parece algo contraditório, tendo em vista o discurso simbólico erigido em torno da mulher. Não podemos nos esquecer de que as fábricas eram vistas como locais imundos e promíscuos nos quais homens e mulheres compartilhavam o mesmo espaço, colocando em risco a virtude e moralidade das trabalhadoras. Como entender a sua presença em tais ambientes? Argumentamos que, junto à nova ideia de trabalho, como dissemos logo acima, as “sombras” desse discurso acompanharam as mulheres em sua trajetória profissional. Assim sendo, não deixavam de ser lembradas do seu papel de mãe e de esposa abnegada. Além disso, o trabalho feminino era considerado como

algo secundário e complementar, pois o seu lugar e sua tarefa principal eram mesmo no espaço privado do lar e na condução da família. Como observa Margareth Rago (1985), o trabalho das mulheres em alguns setores da economia, como a indústria e o comércio, não significou a abertura de novas perspectivas profissionais. Ao contrário, o caráter educativo prevaleceu, e um discurso moralista se fez surgir de todos os lados, associando-o aos riscos de prostituição e depravação e, em contrapartida, enaltecedo as virtudes das funções domésticas atribuídas às mulheres. Por mais que participassem ativamente do trabalho e do sustento da casa, elas não deixavam de ser associadas à maternidade, aos cuidados da prole, à devoção ao marido e à condução do lar.

Tanto os industriais quanto os setores públicos e os próprios operários se “associaram” num movimento que, como já dissemos, definiu o lugar da mulher na sociedade como o “lugar sagrado do lar”, construindo e impondo-lhes uma identidade (Rago, 1985, p. 70). Cláudia Fonseca (1997, p. 516) resume esta situação ao afirmar que

[a] mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da “mulher pública”.

Podemos dizer que, por mais que as mulheres saíssem “rua afora” para ganhar a vida, mais e mais se tentava colocá-las para dentro de suas casas, não as deixando esquecer que os filhos, o marido e a casa eram as suas principais ocupações. O resultado disso foi um processo de desqualificação do trabalho feminino e o reforço da posição subordinada das mulheres frente aos homens. Como argumenta Rago (1985, p. 64), “as mulheres deveriam participar enquanto filhas, esposas ou mães, na condição de subordinadas aos líderes”. Ainda de acordo com Rago, está implícita nessa subordinação uma relação pedagógica de caráter paternalista, que reproduz o interior do espaço doméstico, onde “o pai, o marido, o líder devem ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido” (Rago, 1985, p. 67-68).

Todo esse movimento de criar uma representação simbólica que culminou com o delineamento de uma imagem idealizada da mulher em torno da maternidade, do cuidado e da educação dos filhos, da boa esposa e dona

de casa, permeou igualmente a inserção das mulheres mineiras no trabalho fabril e cooperou para a constituição das relações de trabalho no cotidiano de algumas fábricas, fundadas em Minas Gerais a partir das últimas décadas do século XIX. O estudo da correspondência dos fundadores da CCC revelou que as qualidades morais e comportamentais valorizadas e buscadas nas operárias em muito se aproximavam das imagens relativas à mulher já descritas aqui. Elas deveriam ser antes de tudo moças bem comportadas, obedientes, habilidosas, trabalhadeiras, recatadas, religiosas, dentre outras qualidades⁶. São inúmeras as cartas que nos relatam os termos do aliciamento de operárias como a que escreveu um dos gerentes da CCC, informando sobre a remessa de trabalhadores para uma das fábricas da Cia: “Estou hoje despachando para lá 2 famílias de operários daqui e mais 19 raparigas, *bem comportadas e boas* que de certo nos prestarão bons serviços” (MTDMM, 29/10/1893, Caixa Box nº 5, grifo nosso).

A análise desta documentação nos permitiu perceber que, além de valorizar um determinado perfil moral de suas operárias, estes industriais estabeleceram outras estratégias, como a escolha de mulheres solteiras ou viúvas para trabalhar nas fábricas, a criação de conventos para abrigá-las, a concepção de rígidas normas de comportamento para homens e mulheres no ambiente do trabalho e na vida diária, na vila operária e mesmo no entorno do complexo fabril e, por fim, a materialização de um esquema de vigilância e controle da vida privada das operárias. Em meio a tudo isso, verificamos a existência de um viés religioso e patriarcal que nos ajuda a compreender o sentido de toda essa “trama estratégica” tecida em torno das trabalhadoras têxteis, tal como a urdidura do fio ajuda a entender a trama do tecido.

Os “caminhos sinuosos” por trás dos panos: as moças “sós” e as viúvas

Em 17 de agosto de 1889, um dos gerentes da CCC escrevia para o proprietário da Fábrica de Tecidos de Montes Claros se oferecendo para receber algumas operárias desta fábrica, vitimada por um incêndio que destruiu boa parte de suas instalações. Em meio à renovação dos votos de sincera amizade, apreço e solidariedade para com o infortúnio de seu “amigo industrial”, o gerente fazia, porém, uma exigência com relação às moças que quisessem vir, conforme ele mesmo disse: “[...] receberei como disse a V. S^a (sic) vinte moças para o Convento, mas sós, sem ligações

⁶ As correspondências dos fundadores da CCC fazem parte do acervo privado desta Cia e estão disponíveis para consulta no Museu Têxtil Décio Magalhães Mascarenhas, localizado nas dependências da Fábrica do Cedro, na cidade mineira de Caetanópolis. Para maiores detalhes sobre este acervo sugerimos: Giroletti (1991); Lima (2009).

com suas famílias, pois para estas não tenho absolutamente cômodos" (MTDMM, 1888-1889, p. 419-420, grifo nosso). Em outra missiva, esta mesma determinação de contratar moças sós também está presente:

A fábrica daqui necessita de umas dez moças tecelonas (sic), pois que estão vagos alguns teares por enfermidade, mudança ou casamento de algumas. Há dificuldade de se obter por aqui este tipo de pessoal, pelo que peço para te esforçares o mais possível para arranjar por aí aquele número, para ficarem residentes no Convento (MTDMM, 1894, p. 271, grifo nosso).⁷

Por mulheres "sós" devemos entender que se tratava daquelas que não possuíam laços matrimoniais e, neste caso, as solteiras e as viúvas. É certo que da parte dos gerentes a preferência era por meninas ou moças ainda solteiras que não tivessem filhos. São inúmeras as cartas escritas por eles procurando aliciar trabalhadoras com este perfil. Além das já descritas aqui, citamos mais uma como a que se segue:

Tendo o Dr. Pacífico me informado que V. Revma. se dirigira ao Revmo. Padre Rollim no sentido de obter admissão de moças nos serviços das fábricas desta Companhia, peço ao Revmo. o obséquio de entender-se com o nosso amigo Mortmer para promover a vinda de 15 ou 20 moças, quem não sejam meninos, de 14 anos para cima, sadias e desembaraçadas para o trabalho. A Companhia pagará a viagem das mesmas até esta fábrica e deverão elas ser acompanhadas por pessoa de reconhecida capacidade. Esta localidade é salubre, é assim também o edifício em que essas operárias são recebidas em comunidade, sob os cuidados e vigilância de pessoa séria e com as demais qualidades precisas. P.S. de 20 para baixo, qualquer número, mas moças só (MTDMM, 1894, p. 442).⁸

Em outros casos, as mulheres chegavam às fábricas encaminhadas por seus parentes mais próximos ou por algum responsável pelos seus cuidados, como acontecia com as órfãs, ou quando se encontravam viúvas e necessitadas de trabalho para sustento próprio e dos filhos que tinham. Neste sentido, algumas cartas servem de exemplificação. Em 22 de julho de 1890, um comerciante local se dirigiu ao gerente da Fábrica da Cachoeira por meio de missiva na qual pedia o favor de arranjar-lhe um lugar para sua

sobrinha: "Tenho uma sobrinha órfã de pai e mãe, a qual acha-se em meu poder, e peço-lhe a sua valiosa proteção arranjando-me um lugar para ela no Convento e bem assim um emprego na fábrica" (MTDMM, Caixa de correspondência nº 11).

Já em mensagem diferente, uma viúva buscava um emprego nas fábricas da Cia, conforme descrito por seu interlocutor, que escreveu para um dos gerentes:

Como me incumbistes de arranjar empregados para a máquina, ao princípio procurei arranjar e foi baldado o meu esforço, hoje uma viúva do Bairro Alto me pediu para escrever-lhe sabendo se ainda o Senhor aceita empregados, adiantando-lhe quantia para a condução ou mesmo a condução e precisa com brevidade [...] A família da viúva se compõe dela, cinco moças de doze anos para cima e um rapaz mal desenvolvido porém que serve para o serviço [...]. Se o Compadre precisar de empregados ainda me responda a fim de decidir com a viúva (MTDMM, Caixa de correspondência nº 25).

É importante assinalarmos que as mulheres viúvas encontravam lugar nas fábricas quando os filhos não representavam empecilho para o trabalho de suas mães, ou ainda quando poderiam os mesmos também lá se empregarem. Caso contrário, essas mulheres encontravam dificuldades para conseguir alguma ocupação. Tal situação foi explicitada pelo gerente da Fábrica da Cachoeira ao enviar uma carta ao irmão, na qual explica a sua recusa em contratar uma mãe com filhos pequenos para os serviços da fábrica:

A Senhora Isidora aqui veio com carta tua, para empregar-se; além de não haver atualmente uma vaga, ela traz duas outras crianças que lhe tomará [sic] quase todo tempo e mesmo ela não deu lá muito boas provas de si quando aqui esteve com o marido, na fundação da fábrica (MTDMM, 1878-1887, p. 216).⁹

A preferência por mulheres "sós" foi uma prática adotada pelos proprietários da CCC desde a fundação da Fábrica do Cedro, e, entre os anos de 1916 e 1917, a condição de ser solteira se tornou um requisito obrigatório para o emprego de mulheres¹⁰. Mas qual ou quais as implicações dessa preferência? O que representou para as fábricas e para as mulheres? À primeira vista apresentava uma vantagem econômica importante para os industriais, especialmente no caso das solteiras que residiam nos

⁷ Superintendente da CCC em 28/06/1894.

⁸ Gerente da Fábrica da Cachoeira em 27/08/1894.

⁹ Dezembro de 1884.

¹⁰ MTDMM (1916-1917, p. 131-140). É importante ressaltar que não foi possível determinar se ainda havia o emprego de viúvas. Ademais, atualmente esta Cia admite mulheres casadas em seu grupo de trabalhadores, mas não foi possível saber os motivos que levaram a Cia a mudar as regras e nem mesmo o período no qual esta mudança se deu.

conventos das fábricas. Essa condição talvez explique a procura recorrente por moças para aí residirem.

Em termos salariais e produtivos, as mulheres trabalhavam tanto quanto os homens, porém recebiam salários cerca de 30% menores do que os dos seus colegas do sexo masculino. No caso das moradoras dos conventos, as vantagens iam além dos salários, pois o custo econômico para a organização desses espaços era pequeno em relação às vilas operárias. Ora, em apenas um convento podiam se abrigar pelo menos 20 a 30 operárias, ao contrário das moradias das vilas, que requeriam uma casa para cada família. Soma-se a isso o fato de que todas as despesas com alimentação e vestuário, além das tarefas domésticas como limpar, cozinhar e lavar, eram de responsabilidade das moças. Algumas cartas nos fornecem relatos primorosos e esclarecedores sobre as vantagens dos conventos; vejamos: “Como sabes não convém que façamos mais casas; as que têm são suficientes, tanto mais que na proporção que alguma família se retira, vou substituindo por moças do convento que são os melhores empregados” (MTDMM, 23/02/1887, Caixa de correspondência nº 11). Já em outra correspondência, o superintendente da CCC chama a atenção para os possíveis lucros a serem obtidos com a contratação de tecelãs para residirem no convento:

É grande a necessidade de tecelona (sic) e estamos com isso tudo tendo grandes prejuízos com muitos teares parados. Empenho-me para que me mandes já para cá, para o Convento, umas 10 ou 12 moças, mui (sic) principalmente as que já sabem tecer bem. Consideres que nos é de grande alcance reorganizar os serviços desta fábrica, cujo lucro será satisfatório (MTDMM, 16/06/1894, p. 332).

Todavia, avaliamos que, no avesso das vantagens econômicas oferecidas pelo emprego de operárias “sós”, está um pouco da representação social sobre a família e a mulher que vimos discutindo. Nesse sentido, concordamos com Michelle Perrot (2005, p. 179) quando esta autora esclarece que os proprietários de fábricas, ao lançarem mão das mulheres sozinhas, acabavam mostrando-se preocupados em preservar a família, já que a mulher casada “não pertence mais a si mesma, ela pertence a seu marido e a seus filhos; reunidos eles formam a família”. Ela ainda argumenta que o trabalho feminino apresentava, no final do século XIX, um caráter complementar. As moças começavam a trabalhar muito jovens, retirando-se quando do casamento, e podendo recomeçar mais tarde, já viúvas. As cartas analisadas, muitas das quais já transcritas aqui, caminham nessa direção. Uma carta escrita por Mascarenhas e Irmãos, endereçada à operária Hermenegilda Mitz, em 5 de fevereiro de 1881, corrobora que estamos dizendo:

[...] O trabalho é a lei suprema da humanidade e a preguiça é cancro roedor, causa da miséria e que muitos prejuízos tem dado a esta fábrica. Nos nove anos que Vmcê. (sic) tem trabalhado aqui, tem desenvolvido sempre uma atividade de dedicação tão acima do comum que raras têm sido as companheiras que lhe têm igualado. Se seu trabalho nos tem sido lucrativo, seu exemplo muito mais vantajoso nos tem sido. É, portanto, nosso dever, hoje, no dia do seu casamento, manifestar-lhe o quanto lhe somos gratos, pedindo-lhe haja de aceitar o pequeno adjutório, que incluso lhe oferecemos. Que Deus abençoe o seu consórcio são os votos dos respeitadores e obrigados, Mascarenhas e Irmãos [...] (MTDMM, 1881-1883, p. 486).

Ora, o que fez com que os “nossos caros industriais” se dirigessem de forma tão grata e até mesmo terna a uma de suas operárias? O que queriam dizer ao enaltecer o exemplo dado por esta operária afirmando que “se seu trabalho nos tem sido lucrativo, seu exemplo muito mais vantajoso nos tem sido”? Os indícios são de que Hermenegilda soube corresponder ao investimento e às expectativas nela depositadas. Esta operária, conforme dito na carta, constituiu-se em um exemplo como trabalhadora e como mulher. Trabalhou com dedicação e acima de suas forças, proporcionando o lucro tão esperado pelos seus dirigentes. Agora se retirava da fábrica para assumir o lugar para o qual foi educada. Ao que nos parece, atitudes como submissão, abnegação, dedicação e laboriosidade fizeram parte do perfil desta trabalhadora, atributos que, da mesma forma, correspondiam ao de uma boa mãe, dona de casa e esposa dedicada. Assim, estas instituições acabaram por cumprir o papel de “ajudar” estas moças com educação e subsistência até que, finalmente, alcançassem a sua função, o casamento abençoado por Deus e a maternidade.

É certo que este modelo idealizado, em muitos casos, podia contrastar com a vida das famílias operárias e das mulheres pobres que precisavam do trabalho para complementar ou mesmo cobrir todo o orçamento doméstico. Mas isso não impedia que, no cotidiano das fábricas a disciplina, o controle e a vigilância a que as mulheres estavam sujeitas cumprissem exatamente a função de preservá-las para o casamento, mesmo ou apesar de se tornarem operárias.

Disciplina, controle e vigilância no cotidiano das fábricas

Conforme já afirmamos, a disciplina, o controle e a vigilância acompanharam a vida das mulheres no trabalho fabril. Ao analisar esse processo no cotidiano das fábricas

aqui tratadas, percebemos que a sua materialização se deu de várias formas, das quais destacaremos duas aqui por considerá-las as mais relevantes e elucidativas.

A primeira diz respeito ao envolvimento pessoal e a preocupação dos patrões com a vida privada das operárias. Isto pode ser visto em várias situações no dia a dia do trabalho, a começar pelas regras de conduta determinadas para os trabalhadores de um modo geral, onde havia a preocupação em estabelecer padrões de conduta moral entre homens e mulheres que dividiam o mesmo espaço. Em casos assim, era comum existir nos contratos de trabalho uma cláusula que determinava, para o futuro trabalhador, que este deveria manter o devido respeito para com as mulheres que estivessem sob sua chefia, conforme fica explicitado no contrato assinado pelo operário J.A.S. quando se empregou nos serviços da Fábrica do Cedro:

[...] Devia desenvolver um imediato interesse no desenvolvimento do trabalho e no aperfeiçoamento dos produtos, portando-se com todo o respeito e seriedade para com os empregados e com particular respeito com as senhoras que sob sua direção trabalhem (MTDMM, 29/09/1883, Caixa Box nº 13 A, grifo nosso).

Observamos aqui que, por trás dessa ação em garantir relações mais respeitosas entre os trabalhadores, está a intenção de estabelecer um código de moralidade para o lugar, no qual as mulheres, muitas vezes, se tornam o centro. Isso fica cada vez mais evidente quando vemos o envolvimento dos patrões em situações da vida das operárias que envolviam os namoros e outras situações consideradas “perigosas”, pois colocavam em risco a honra e integridade moral das operárias. São inúmeras as cartas que trazem relatos primorosos e, até mesmo, controversos a esse respeito. Uma dessas cartas relata o caso de Benedito, um indivíduo que procurava a todo custo manter um relacionamento afetivo com uma das operárias da Cia e cujo desfecho não foi dos melhores para o casal envolvido, conforme nos esclarece o autor da missiva, o gerente da Fábrica da Cachoeira:

Talvez te tenhas esquecido de indagar para Piratininga, ao pároco de lá, se Benedito Avelino da Silva é casado lá. Vi-me também obrigado a desterrar a noiva para S. Sebastião, porque os namoros estavam tomando proporções irregulares, e eu receava alguma fuga. Houve muito choro, etc., mas tudo está em seus eixos. Se não pediste informações que também foram

pedidas de cá, pelo Vigário, é bom que peças para se ver se o homem é mesmo casado. Se for solteiro, far-se já o casamento, e se casado, receberá cá mesmo o castigo que merece, como ente miserável e indigno de viver entre gente honesta (MTDMM, 30/08/1885, Caixa de correspondência nº 2).

Mais de seis meses depois, o caso chegou a um desfecho, conforme foi relatado pelo mesmo gerente:

O tal Benedito [...] pregou-nos uma das do cabo. Depois de muito indagar obtive com grandes dificuldades certidão e atestado de pessoas fidedignas de Piratininga, provando que é casado, o monstro que pela terceira vez quis casar-se [...]. Enviuvou-se, casou-se de novo, abandonou a mulher na miséria e veio arranjar casamento aqui o animal. Foi tocado do estabelecimento como um cão danado (MTDMM, 24/04/1886, Caixa de correspondência nº 2).

Já em outras duas missivas, os gerentes estavam envolvidos em um caso de rapto de moças, segundo foi descrito pelo gerente da CCC, agravado pelo fato do raptor ser um dos tintureiros da Cia; vejamos:

Tem esta por motivo principal avisar-te que devido ao incorreto comportamento do tintureiro [...], o qual procurou seduzir neste local uma empregada, moça de família, o que ficou automaticamente comprovado por uma carta escrita pelo próprio punho do mesmo à moça, despachei-o hoje deste estabelecimento [...]. O tal tintureiro é uma droga das mais ordinárias, seduziu e mandou raptar uma mocinha ingênuas; e para exemplo e moralidade do lugar vou processá-lo, assinando como parte no processo (MTDMM, Caixa de correspondência nº 30 A).

Alguns dias depois, o mesmo gerente escreveu, em 02 de setembro de 1900, ao superintendente da CCC informando da participação do tal tintureiro em um caso de roubo de moças, algumas delas do convento da fábrica:

Afinal sempre (se) descobriu o ladrão das moças; o tintureiro, segundo dizem, está metido no meio da história; uma das moças era do convento. Diz a abadessa¹¹ que ela escapuliu na hora em que as moças saíam da escola noturna. O ladrão principal é casado, filho do Thomaz Cesário; estou tocando processo de

¹¹ Abadessa era o nome utilizado pelos gerentes para denominar a regente dos conventos das fábricas. Geralmente eram mulheres mais velhas, viúvas ou que não se casaram e necessitadas de trabalhar. Segundo os industriais, apresentavam um comportamento moral ilibado. Para mais detalhes sobre o tema sugerimos: Perrot (2005; 1988), Surellot (1970), Magalhães (2006), Lima (2009) e Giroletti (1991).

rapto contra tais audazes, para exemplo dos demais, e respeito do lugar. Todos os acionistas daqui foram de opinião que devia ser processado para exemplo e moralidade do estabelecimento. Ajustei um advogado e estou tocando o processo para adiante, porém noto muita má vontade no tal Sr. Delegado daqui, que apesar do Juiz substituto requerer o auto de corpo de delito, ele negou-se a fazer, desobedecendo ao Juiz. Se o Antônio estiver por aí diga para vir já para assumir a jurisdição, a fim de poder concluir o inquérito que o tal delegado está muito parcial (MTDMM, Caixa de correspondência nº 30 A).

O último conjunto de cartas que gostaríamos de destacar tem como protagonista o Sr. James, um técnico inglês contratado pela CCC para ser mestre geral da Fábrica da Cachoeira e que, supostamente, foi o responsável pelo defloramento de uma operária da fábrica. O acontecimento foi exposto pelo gerente em 17 de fevereiro de 1887; veja-se:

Em relação a minha reservada de 14, tenho a dizer-te que, embora recaiam todas as suspeitas do mal praticado à operária tola sobre o Sr. James, não se pode afirmar que seja ele o autor do delito e nem que a tola esteja realmente deflorada. Entretanto acabo de ter uma conferência com o Sr. James e declarei-lhe que se sua consciência lhe acusa de alguma coisa, que trate de se pôr o quanto antes com a família a caminho de sua pátria, visto como o crime seria grande e grande desgraça recairia sobre sua família. Nega o crime de que é acusado e diz estar com a consciência tranquila. Tive idéia de mandar um médico examinar a suposta ofendida, mas não animei-me a fazê-lo por não ser assim o exame revestido de caráter judicial. Apelo para o futuro. Todos os passos que dei foram combinados com opiniões de Luis e Pacífico; este era de opinião que se despachasse o James, e eu prefiro livrar 10 criminosos a condenar um inocente, uma vez que ninguém está livre de uma imputação dessas. Por enquanto está tudo nesse pé, o futuro descobrirá a verdade (MTDMM, Caixa de correspondência nº 11 A).

Dias depois, o mesmo gerente relatava em nova correspondência como andava o caso em questão:

Com referência às minhas reservadas de 14 e 17 de fevereiro, tenho a dizer-te que as coisas relativamente ao escândalo tomaram outro e feio aspecto com subsequentes inquéritos e acareações procedidas, de cujo resultado remeto-te com esta um circunstanciado relatório. Fosse o estabelecimento de exclusiva propriedade ou tivesse eu

apoio de todos os acionistas, já tinha mostrado a estrada ao inglês perverso, mas não querendo operar por mim só, consulto a Diretoria [...] e peço pelo mesmo portador instruções a respeito. O Dr. Pacífico é de opinião que o homem está completamente desmoralizado e que não deve por forma alguma continuar aqui. Tive a idéia de uma remoção dele para aí e daí para esta fábrica. Luis Augusto é de opinião que não servindo o homem para esta fábrica, para essa também não servirá, visto como a compa é uma só e o homem está desmoralizado, e que será até mau exemplo. A minha opinião é esta: seja o perverso dispensado, e recaindo em benefício da ofendida a quantia que ele tem depositada para garantia de seu contrato, visto como de nada aumenta a Cia. esse pecúlio. Assim ela se casará com algum outro idiota trabalhador e recuperará a sua honra perdida ou roubada. [...] Penso que perdeu todas as qualidades requeridas para mestre geral da fábrica uma vez que não só abusou da simplicidade de uma tola sua subordinada como tem praticado aqui desatinos escandalosos, o que está no domínio de todos os habitantes do estabelecimento. Exponhas, portanto aos acionistas, ao Diretor Antônio Cândido e manda-me as instruções na certeza de que se mandares proceder [...] e tratar do processo, a desgraça recairia também sobre sua pobre família que ficará ao desamparo e sem chefe. Ele será condenado a não pequena pena. Embora seja a idiota maior de 18 anos, a ofensa é a mesma que a uma menor. Ele está trabalhando e nunca vi tão cuidadoso e atento ao serviço como depois de descoberto o escândalo, e essa atenção e cuidado em minha opinião ainda depõe contra ele que já estava por demais relaxado, e fez de um dia para o outro mudança tão notável (MTDMM, Caixa de correspondência nº 11 A).

Se, à primeira vista, as missivas acima deixam transparecer um exercício de poder patronal sobre os operários, argumentamos que, no caso das trabalhadoras, essa dominação não pode ser vista fora do contexto social cultural no qual esses atores estavam inseridos e do traço patriarcal que caracterizava as relações entre homens e mulheres de um modo geral, especialmente no interior das Minas Gerais no final do século XIX. Não podemos nos esquecer de que a condição feminina neste século ainda era, em muitos casos, de subordinação a uma estrutura de família patriarcal, onde o poder masculino sobre a mulher era quase total. Isto não se restringiu somente ao interior dos lares; de uma forma ou de outra, perpassou outras instituições, entre elas a fábrica capitalista. Vale ressaltar ainda, que a intromissão na vida privada dos operários, o controle sobre os namoros e os casos afetivos no ambiente das fábricas, a punição severa dos comportamentos considerados imorais e a valorização daqueles considerados

aceitáveis conferiam um modelo de conduta moral que deveria prevalecer para todos, independentemente da concordância ou não dos trabalhadores e trabalhadoras. Modelo esse assentado no recato, na defesa de um arranjo familiar monogâmico, constituído por meio de uma união lícita e realizada sob as bênçãos de Deus e da Igreja. E, conforme argumenta Giroletti (1991, p. 240), “cumprindo com eficiência as tarefas de reprodução e de educação dos filhos no ‘temor de Deus’ e na ‘teimosa ocupação’”.

A segunda forma de materialização da disciplina, do controle e da vigilância são os conventos de fábricas criados para abrigar e acomodar as operárias. A organização destas moradias foi uma prática adotada em muitas fábricas mineiras, como a Marzagão, em Sabará, Biribiri, em Diamantina, e a Gabiroba, em Itabira. Michelle Perrot e Évelyne Surellot também dão notícias de conventos em fábricas na França e na Inglaterra. Para Surellot, tratava-se de um “cativeiro de inocentes” que misturava o “moralismo puritano” com a “avidez capitalista”, corporificando a “ordem com toda a sua hipocrisia” (Surellot, 1970, p. 85-86). Para nós, os conventos fabris representam o que havia de mais simbólico da condição feminina no final do século XIX, e que foi incorporado pelas fábricas, permeando as relações e as condições de trabalho das mulheres. Estamos falando aqui da dominação, da subordinação, do isolamento, do controle, da vigilância, do cerceamento que caracterizavam tais espaços. Tânia Quintaneiro (1995, p. 59), analisando as casas de recolhimentos femininas no Rio de Janeiro no período em questão, salienta que

[o]s recolhimentos atendiam às necessidades de dar abrigo às mulheres que, devido a circunstâncias várias, encontravam-se fora de suas casas. Ali recebiam toda segurança dos conventos sem fazer votos ou sujeitar-se ao confinamento perpétuo. As recolhidas [...] eram reunidas nesses locais, onde eram protegidas contra perigos reais ou imaginários, e praticavam a adoração divina.

Apesar de Quintaneiro se referir às instituições católicas, a sua descrição muito se assemelha aos conventos criados nas fábricas. As operárias tinham o seu dia a dia controlado pelos horários da fábrica, compondo-se de trabalho, orações e repouso noturno. Algumas estudavam e, neste caso, se dirigiam à noite para as escolas noturnas para o sexo feminino, mantidas nas próprias fábricas. Nos domingos, podiam ir à missa, mas sempre acompanhadas pela abadessa, como relatado na carta escrita pelo gerente da Fábrica do Cedro em 7 de agosto de 1889.

A fábrica sustenta aqui um convento onde são recolhidas moças operárias, regidas por uma senhora de excelentes qualidades e de toda confiança, sob cujas

vistas vivem as moças satisfeitas, em comunidade, passeando, indo à missa no arraial, que é próximo; tem médico, o boticário (sic) por conta da fábrica, e só provêem de comestíveis e vestuário; as despesas de alimentação tornam-se medianas para cada uma, visto como é repartida entre todas, sendo a casinha uma só; assim quanto maior for o número, mais favorável se tornará a despesa de cada uma. O Convento é sujeito à gerência geral (MTDMM, 1888-1889, p. 419-420).

Em sua carta, “nossa” gerente se preocupou em dizer que as moças viviam felizes e em comunidade. Além disso, recebiam toda a estrutura necessária para ali viverem. Mas ele também avisou que toda a rotina e os possíveis passeios que faziam aconteciam sob os olhos da regente e da gerência, a quem o convento estava diretamente subordinado. Saber se essas moças realmente viviam felizes e em comunidade é algo difícil. Mas de uma coisa temos certeza: elas tinham sua vida vigiada, cerceada e controlada; tratava-se de uma vida, dentro do possível, num espaço fechado. Iam à missa, participavam de novenas e outros rituais católicos, podiam até mesmo namorar, algumas frequentavam a escola feminina noturna, trabalhavam na fábrica e realizavam todas as tarefas domésticas necessárias à manutenção e à limpeza do lugar. Mas tudo isso sob o olhar vigilante de alguém, seja dos gerentes, da abadessa e quiçá de toda a vila operária. Os conventos possuíam muros altos que cerceavam a circulação das moças por outros espaços do complexo fabril. No caso do convento da Fábrica do Cedro, o muro que o circundava chegava a quase 3 metros de altura e o acesso das operárias ao local de trabalho se dava por uma porta lateral que as levava direto para o interior da fábrica. Paradoxalmente, era a ordem de uma vida privada no espaço público do trabalho. Como acrescenta Giroletti (1991, p. 179):

Ao saírem do Convento, ingressavam em outros espaços sociais fechados, onde suas vidas e seus comportamentos continuavam regulados e fiscalizados: na fábrica pelo regulamento interno, pelos chefes, subchefes e pelo gerente, na escola: pelas normas disciplinares escolares e pela autoridade do professor; na igreja: pelo controle social exercido pelos fiéis, pelo padre e pelas autoridades presentes. Em outras circunstâncias, o contato com o mundo exterior seguia regras de mosteiros ou de outras casas religiosas.

Já dissemos aqui que os conventos ofereciam vantagens econômicas significativas para os industriais, especialmente no que se refere aos custos de moradia e manutenção. Porém, quando ampliamos a nossa perspectiva, percebemos que as vantagens iam além. Estruturados

e organizados como estavam, estes espaços facilitavam, e muito, a imposição da ordem, o controle e a disciplina desse grupo de trabalhadores. Acrescentamos ainda as condições nas quais as trabalhadoras chegavam. Eram, em sua maioria, meninas, muitas delas crianças ou adolescentes, que, longe de casa e da família iniciavam uma experiência de trabalho e de vida até então inédita. Eram, agora, operárias de fábrica, tendo que aprender a trabalhar com máquinas nunca antes vistas, submetidas a uma rotina e uma ordenação de trabalho extenuante e, acima de tudo, num ambiente estranho e mesmo intimidador. É de se supor que tudo isso fazia do grupo em questão um dos mais fragilizados entre o conjunto de trabalhadores. Essas condições, em nossa perspectiva, facilitavam a ação disciplinadora da fábrica. Uma carta, escrita por uma operária, pedindo um emprego para si e sua família, é um valioso exemplo do quanto as mulheres sabiam que a obediência e a aceitação das regras poderiam abrir as portas do trabalho nas fábricas:

Rogo por mim e por minha família emprego em sua fábrica, digo com pureza somos bons empregados, obedecemos ao patrão, cumprimos seus mandatos. [...] Estamos aqui há um ano, e ainda não tomamos nenhum pito e nenhum grito. Eu trabalho muito bem no tecido, meu menino trabalha muito bem no filatório, nos liços, é muito esperto, sabe enfiar pano liso, trançado e espinha de pechi [sic]; cumpre tão bem sua obrigação que ainda não foi preciso darem-lhe pito nem ralho (MTDMM, Caixa de correspondência nº 18 A).

Imersas nesse meio e nessas condições, as mulheres aprendiam o valor da obediência, do recato, da aceitação, da disciplina, sem falar de tarefas mais “banais”, mas consideradas importantes na educação de todas elas, como as de lavar, cuidar, cozinhar, limpar, etc. Conforme constata Surellot (1970), no reverso do processo está a possibilidade de雇用 um grupo de operárias que, diante da necessidade e sozinhas, tornam-se menos resistentes à ordem e às relações estabelecidas dentro das fábricas. E, na perspectiva das mulheres, os conventos poderiam ser considerados um mal necessário, pois eram a garantia de moradia, de subsistência e, até mesmo, de uma proteção social tão necessária a elas no contexto do final do século XIX.

Não obstante tudo o que foi discutido aqui acerca do trabalho feminino em fábricas têxteis mineiras e o seu significado para a vida das mulheres, não poderíamos encerrar este artigo sem deixar de mencionar que elas também foram capazes de agir na intenção de escapulir e de burlar todo o sistema de imposição que pesava sobre elas. Como afirmou Michel Certeau (2000, p. 110), “todo lugar próprio é alterado por aquilo que, dos outros, já se

acha nele”. Assim, as operárias encontraram formas de burlar a ordem estabelecida. Com movimentos criativos e aproveitando as oportunidades surgidas, as trabalhadoras foram hábeis em algumas táticas que as ajudaram a esquivar-se, vez por outra, dos cerceamentos, do controle, da vigilância e tudo o mais que o cotidiano da fábrica lhes impunha. Sobre isto, destacamos os namoros escondidos, as escapulidas fortuitas dos conventos nos momentos de “cochilo” da abadessa, as uniões ilegítimas, o abandono dos conventos e da escola da fábrica em virtude da disciplina excessiva, a oposição em engajar-se no trabalho fabril, gerando dificuldades para fábricas em conseguir trabalhadoras, as reações diretas que aconteciam esporadicamente contra a disciplina, e tantos outros aspectos narrados nas inúmeras cartas escritas pelos proprietários das fábricas.

Considerações finais

Margareth Rago (1985, p. 62) afirma que “por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher”. Procuramos discutir aqui os caminhos delineados pelos primeiros industriais têxteis mineiros para tratar com suas operárias. Nesse sentido, todo o esforço foi de refletir sobre o papel que as fábricas desempenharam para reproduzir e reforçar as imagens simbólicas e de representação que se faziam da mulher no final do século XIX e princípio do XX. Como vimos, para essas trabalhadoras, o trabalho nas fábricas têxteis veio acompanhado de um processo formativo, moralizador e disciplinador que se materializou por meio de algumas estratégias adotadas pelos industriais. Primeiro, pela escolha de mulheres que não fossem casadas, sinalizando que o trabalho feminino era visto pelos industriais como uma atividade temporária, que acontecia antes do casamento ou depois que este se findava, quando então se tornavam viúvas ou, quem sabe, quando eram abandonadas por seus companheiros. A despeito das vantagens econômicas que isso acarretava, estava presente aí um imaginário que via na maternidade e na família a função maior das mulheres.

Para acomodá-las, os industriais foram buscar nos conventos católicos a referência de um modelo de moradia, tentando isolá-las, cerceando seus passos, quiçá seus pensamentos, vigiando-as, reproduzindo em suas fábricas o modelo de uma vida privada no interior da casa e da família.

No bojo desse processo está uma relação pedagógica pela qual as fábricas buscaram formar as operárias, ao mesmo tempo em que as educavam como mulheres, a partir de um modelo de feminino idealizado: trabalhadeiras, ordeiras, disciplinadas, asseadas, diligentes, virtuosas, obedientes, recatadas, bem comportadas e tementes a Deus, modelo próprio de uma boa mãe, esposa

e dona de casa. Esse modelo se fundamentava nos padrões morais, sociais e culturais vigentes, reproduzindo, no interior das fábricas, a mesma relação patriarcal presente na sociedade à qual as mulheres já estavam submetidas. Sob tal perspectiva, as fábricas acabaram se juntando a outras instituições, como a escola, a família e a religião, que, cada qual à sua maneira, também se encarregaram de educar e formar as mulheres.

Referências

- ALMEIDA, J.S. de. 1998. *Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século XX*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 79(191):31-45.
- AZEVEDO, N.; FERREIRA, L.O. 2006. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu*, 27:213-254. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000200009>
- CERTEAU, M. 2000. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 5^a ed., Petrópolis, Vozes, 351 p.
- FONSECA, C. 1997. Ser mulher, mãe e pobre. In: M. DEL PRIORE (org.), *História das mulheres no Brasil*. 2^a ed., São Paulo, Contexto, p. 510-553.
- GIROLETTI, D. 1991. *Fábrica, convento e disciplina*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 274 p.
- LIBBY, D.C. 1988. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 404 p.
- LIMA, J. de S. 2009. *De meninas fandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão de obra feminina na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira – 1872-1930*. Belo Horizonte, MG. Dissertação de Mestrado. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 201 p.
- LOURO, G.L. 1997. Mulheres na sala de aula. In: M. DEL PRIORE (org.), *História das mulheres no Brasil*. 2^a ed., São Paulo, Contexto, p. 443-481.
- MAGALHÃES, C.M. 2006. *Mundos do capital e do trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1874-1930)*. Belo Horizonte, MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 143 p.
- NASCIMENTO, K.C. 2006. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932*. Belo Horizonte, MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 171 p.

- PERROT, M. 1988. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 332 p.
- PERROT, M. 2005. *As mulheres ou o silêncio da história*. Bauru, EDUSC, 520 p.
- QUINTANEIRO, T. 1995. *Retratos do Brasil: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajeiros do século XIX*. Petrópolis, Vozes, 243 p.
- RAGO, M. 1985. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 209 p.
- SURELLOT, É. 1970. *A mulher no trabalho*. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 719 p.

Fontes primárias

- MUSEU TÊXTIL DÉCIO MAGALHÃES MASCARENHAS (MTDMM). 1878-1887. Livro Copiador de Francisco MAscarenhas, p. 216.
- MUSEU TÊXTIL DÉCIO MAGALHÃES MASCARENHAS (MTDMM). 1881-1883. Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, p. 486.
- MUSEU TÊXTIL DÉCIO MAGALHÃES MASCARENHAS (MTDMM). 1883. Caixa Box nº 13^a. 29 de set.
- MUSEU TÊXTIL DÉCIO MAGALHÃES MASCARENHAS (MTDMM). 1885. Caixa de correspondência nº 2. 30 de ago.
- MUSEU TÊXTIL DÉCIO MAGALHÃES MASCARENHAS (MTDMM). 1886. Caixa de correspondência nº 2. 24 de abr.
- MUSEU TÊXTIL DÉCIO MAGALHÃES MASCARENHAS (MTDMM). 1888-1889. Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, p. 419-420.
- MUSEU TÊXTIL DÉCIO MAGALHÃES MASCARENHAS (MTDMM). 1893. Caixa Box nº 5. 29 de out.
- MUSEU TÊXTIL DÉCIO MAGALHÃES MASCARENHAS (MTDMM). 1894. Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, p. 271, 332, 442,
- MUSEU TÊXTIL DÉCIO MAGALHÃES MASCARENHAS (MTDMM). 1916-1917. Livro Copiador da Fábrica do Cedro, p. 131-140.
- MUSEU TÊXTIL DÉCIO MAGALHÃES MASCARENHAS (MTDMM). Caixas de correspondência nº 11, nº 11 A, nº 18 A, nº 25, nº 30 A

Submetido: 27/01/2012

Aceito: 18/06/2012

Irlen Antônio Gonçalves

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Av. Amazonas, 7675, Nova Gameleira
30510-000, Belo Horizonte, MG, Brasil

Junia de Souza Lima

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Av. Amazonas 5253, Nova Suiça
30421-169, Belo Horizonte, MG, Brasil